



ACÓRDÃO Nº1188/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11280/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Arthur da Costa Ponte - OAB/AM 11757, Monica Thaynah Monteiro Fiuza - 13742 e Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira - OAB/AM 4831 e Júlia Gabriela Trindade de Melo – OAB/AM 8074.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 896/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, exercício de 2016, de responsabilidade da **Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, com fundamento no art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.2. **Determinar** à Secretaria Municipal de Educação - SEMED que:
 - 10.2.1. Modernize os seus procedimentos internos, tornando-os mais céleres e fortaleça a fiscalização de seus contratos, nos termos da Lei nº 8666/93 e legislação correlata;
 - 10.2.2. As compras de alimentos (merenda escolar) realizadas pela Secretaria Municipal de Manaus partam dos cardápios propostos e aprovados por nutricionistas, e que haja fiscalização mais efetiva de tais aquisições.
 - 10.2.3. Ao realizar a renovação ou na confecção de nova contratação para a continuidade do Programa, a Secretaria



ACÓRDÃO Nº1188/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

justifique de forma clara e inequívoca a composição dos custos da contratação e realize amplo planejamento que contemple a solução dos problemas constatados;

10.2.4. Seja feito um plano de ações para o treinamento adequado das merendeiras que atendem ao público da Secretaria ou que, em caso de serviço terceirizado, que se exija tal qualificação das empresas a serem contratadas.

10.2.5. Providencie medidas necessárias para acompanhamento dos dados inseridos no portal da transparência evitando assim divergências de informações, e consequentemente facilitando uma melhor análise e compreensão dos dados disponíveis pela sociedade.

10.2.6. Realize acompanhamento e controle dos Restos a Pagar junto a SEMEF.

10.2.7. A redução ao mínimo necessário de materiais impressos e a reversão desses recursos nos programas tecnológicos da Secretaria, atendendo às diretrizes de modernização da própria Administração Municipal;

10.2.8. O atendimento das normas legais de elaboração e registro dos demonstrativos contábeis obrigatórios, conforme Lei nº 4.320/1964 e Manuais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional;

10.2.9. Atendimento as normas legais que dizem respeito ao controle dos bens patrimoniais;

10.2.10. Em Contratos e Obras de Engenharia sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, deverão ser observadas as disposições de controle interno contidas na Resolução nº 027/2012 – TCE/AM, especialmente no que tange à manutenção da “pasta de obra” (art. 1º, IV).

10.3. Dar ciência à Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretária Municipal, e seus advogados, bem como todos os demais interessados e respectivos Procuradores, caso tenham, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão, a fim de que possam cumprir as determinações nele contidas ou interponham o Recurso cabível.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2020.

